



Sumário

ABREVIATURAS	9
1. INTRODUÇÃO	11
1.1 Evolução da ordem internacional	11
1.2 Ramos do direito internacional	13
1.2.1 Direito internacional público	13
1.2.2 Direito internacional privado	13
1.2.3 Direito comunitário	14
2. DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	17
2.1 Fundamentos	18
2.1.1 Teoria voluntarista (ou subjetivista)	18
2.1.2 Teoria objetivista	19
2.2 Fontes	20
2.2.1 Fontes previstas no Estatuto da CIJ	20
2.2.2 Resoluções e atos unilaterais	23
2.2.3 Classificações das fontes	25
2.3 Relação do DIP com o direito interno	25
3. TRATADOS INTERNACIONAIS	27
3.1 Evolução histórica e princípios gerais	27
3.2 Entrada em vigor da CVDT69 e a participação do Brasil	28
3.3 Definição de tratado internacional – Art. 2.º CVDT69	29
3.4 Estrutura e nomenclaturas	31
3.5 <i>Iter</i> de formação dos tratados	33
3.5.1 Negociação e assinatura	33
3.5.2 Legitimidade para assinatura de tratados	33
3.5.3 Aprovação pelo Congresso Nacional	34

3.5.4	Ratificação ou adesão	35
3.5.5	Promulgação e publicação.....	36
3.5.6	Registro ou arquivamento	37
3.6	Reservas	37
3.7	Classificação dos tratados.....	38
3.8	Condições de validade dos tratados	40
3.8.1	Requisitos de validade	40
3.8.2	Erro, dolo, corrupção ou coação.....	40
3.9	Aplicabilidade e interpretação	42
3.9.1	Conflito entre tratado e uma norma imperativa de direito internacional.....	42
3.9.2	Conflito entre tratados sucessivos.....	42
3.10	Emenda e modificação dos tratados	42
3.11	Extinção dos tratados.....	43
3.12	Termos e institutos relevantes	45
3.13	Hierarquia dos tratados internacionais no direito interno brasileiro ..	46
4.	PERSONALIDADE INTERNACIONAL.....	49
4.1	Estados soberanos	50
4.1.1	Elementos constitutivos do Estado	50
4.1.2	Imunidade à jurisdição estatal.....	52
4.1.3	Representação diplomática	53
4.1.4	Relações diplomáticas – Aspectos gerais	54
4.1.5	Inviolabilidades – Imunidades e isenções.....	55
4.2	Organizações intergovernamentais.....	57
4.2.1	Espécies de organizações.....	58
4.2.2	Organização das Nações Unidas – ONU	59
4.3	Indivíduo (pessoa humana).....	63
4.4	Personalidade internacional – Outros sujeitos do DIP	64
4.4.1	Vaticano	64
4.4.2	Beligerantes e insurgentes	64
4.4.3	Ordem militar e soberana de Malta.....	65
5.	CORTES INTERNACIONAIS E A SOLUÇÃO PACÍFICA DOS CONFLITOS	67
5.1	Aspectos gerais.....	67
5.2	Corte Internacional de Justiça.....	69
5.3	Tribunal Penal Internacional.....	72

5.3.1	Entrada em vigor e participação do Brasil no ETPI.....	74
5.3.2	Características do Estatuto de Roma	75
5.3.3	Competência material do TPI	76
5.3.4	Competência <i>ratione temporis</i>	77
5.3.5	Princípios do processo no TPI	77
5.3.6	Línguas oficiais e línguas de trabalho do TPI	80
5.3.7	Penas (art. 77 do ETPI)	80
5.3.8	Pedido de entrega (art. 89 do ETPI)	81
5.4	Tribunal Internacional do Mar.....	81
6.	DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL	83
6.1	Águas interiores e mar territorial	84
6.2	Zona contígua.....	84
6.3	Zona econômica exclusiva.....	85
6.4	Águas internacionais	86
6.5	Plataforma continental	87
6.6	Trânsito marítimo	88
6.7	Espaço aéreo.....	89
7.	NACIONALIDADE	91
7.1	Definição	91
7.2	Proteção como norma de direitos humanos	91
7.3	Aquisição e critérios de fixação da nacionalidade.....	92
7.4	Brasileiros natos	93
7.4.1	Evolução da nacionalidade pelo <i>ius sanguinis</i> na Constituição de 1988	96
7.4.2	Brasileiro sob condição suspensiva	98
7.5	Brasileiros naturalizados.....	99
7.5.1	Originários de países de língua portuguesa (art. 12, II, <i>a</i> , da Constituição da República)	101
7.5.2	Naturalização extraordinária ou quinquenária (art. 12, II, <i>b</i> , da Constituição da República, após a EC 3/94)	102
7.5.3	Naturalização comum.....	102
7.5.4	Naturalização especial.....	103
7.5.5	Naturalização por radicação precoce.....	103
7.5.6	Procedimento da naturalização.....	103
7.6	Distinção entre natos e naturalizados	104
7.7	Perda e reaquisição da nacionalidade	105
7.7.1	Cancelamento da naturalização.....	106
7.7.2	Aquisição voluntária de outra nacionalidade	106

7.8 Apátridas.....	107
8. ESTRANGEIRO.....	111
8.1 Definição e regime jurídico.....	111
8.2 Quase nacionalidade	112
8.3 Permissão de entrada	114
8.4 Exclusão do estrangeiro.....	116
8.4.1 Deportação.....	116
8.4.2 Expulsão	117
8.4.3 Extradição.....	119
8.5 Proteção de estrangeiros – Asilo e refúgio	125
9. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO BRASILEIRO.....	127
9.1 Introdução	127
9.2 Lei de Introdução ao Código Civil	128
9.2.1 Início e fim da personalidade.....	129
9.2.2 Bens – Direitos reais	129
9.2.3 Obrigações	129
9.2.4 Sucessão <i>causa mortis</i>	130
9.2.5 Casamento de brasileiro no exterior	130
9.2.6 Sociedades e fundações	131
9.3 Limites à aplicação de sentenças e lei estrangeira no Brasil.....	131
10. PROCESSO CIVIL INTERNACIONAL.....	133
10.1 Prisão do depositário infiel.....	133
10.2 Homologação de sentença estrangeira	134
10.2.1 Títulos judiciais estrangeiros	134
10.2.2 Requisitos	135
10.2.3 Procedimento para homologação da sentença	137
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	141